



# Resumo Executivo

## Conquistas e Contribuições

**Propostas e contribuições da Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar para a III Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Desnutrição**

QUÊNIA, NOVEMBRO DE 2026



R O T E I R O   P A R A   A   I V   C Ú P U L A   E M   2 0 2 9

Diante da crise global de fome e desnutrição, a América Latina e o Caribe se destacam como a única região a reduzir seus índices recentemente, embora persistam desafios importantes como o alto custo de uma dieta saudável e o impacto em milhões de pessoas. Neste cenário, a **Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar** - criada em 2024 - busca se consolidar como líder estratégica global para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2: Fome Zero) e contribuir de forma respeitosa e decisiva para a III Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Desnutrição, que será realizada no Quênia em novembro de 2026.

Mediante o impulso da **“Rota Parlamentar Global pela Alimentação Primeiro”**, traçou-se um horizonte claro para a IV Cúpula de 2029, garantindo que os congressos tenham voz e voto na governança alimentar internacional. Em vez de projetar ações futuras, este documento compila de maneira exclusiva os principais marcos, contribuições estratégicas e vitórias legislativas já materializadas graças à cooperação interparlamentar. Uma trajetória que evidencia o impacto tangível e a liderança de nossa região na consolidação de políticas de Estado para erradicar a desnutrição.

O documento está organizado em torno das áreas temáticas definidas na reunião Pré-Cúpula celebrada na FAO (Roma, 10 e 11 de novembro de 2025). Cada eixo combina **um breve resumo de algumas das contribuições e conquistas da Aliança Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar** no trabalho legislativo e em áreas orientadas a promover a cooperação, a mobilização sustentada e a incidência internacional.



# CONQUISTAS E CONTRIBUIÇÕES

## I. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS: CLIMA, GÊNERO E NUTRIÇÃO

**Nexo clima e alimentação:** Os membros da Aliança avançaram na incorporação da abordagem climática dentro da agenda legislativa de segurança alimentar, abordando também questões relacionadas à terra, à água, à gestão de energia e dos recursos naturais, à agroecologia e à interseção entre conflito e segurança alimentar. Entre os exemplos mais destacados:

- A Lei Modelo sobre Mudanças Climáticas e Segurança Alimentar e Nutricional do Parlamento Latino-Americano e Caribenho (PARLATINO).
- A Lei Geral da Alimentação Adequada e Sustentável do México.
- A Lei Modelo de Promoção da Agroecologia do Parlamento Latino-Americano e Caribenho (PARLATINO).
- As leis sobre perda e desperdício de alimentos aprovadas na Argentina, Colômbia, Peru, Equador e a Lei Modelo do PARLATINO.
- Os avanços na elaboração do Guia para legislar com perspectiva climática, impulsionada no âmbito do Grupo de

Trabalho da Comissão Coordenadora Executiva da Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e do Caribe (FPH-ALC).

Esses avanços também posicionam os parlamentos regionais como o PARLATINO como atores ativos na interseção entre mudança climática, gestão de recursos naturais e segurança alimentar.

**Gênero e direito à alimentação:** A incorporação da perspectiva de gênero tem sido um eixo estrutural do trabalho dos parlamentos da Aliança.

Entre os marcos mais relevantes destacam-se:

- A Lei da Mulher Rural da Colômbia.
- O Guia “Gênero, fome e desnutrição: Transformando a realidade a partir do trabalho legislativo”, que promove a transversalização da abordagem de gênero na legislação e na ação parlamentar, elaborada com o apoio do ParlAméricas.

Esses instrumentos reforçam o caráter do direito à alimentação como direito humano integral e não neutro diante das desigualdades.





## II. COOPERAÇÃO REGIONAL E GLOBAL

A formação e o funcionamento da **Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar** e de seus membros, assim como os dos capítulos nacionais da FPH-ALC constituem um exemplo concreto de cooperação internacional efetiva.

Graças à articulação entre os parlamentos, a cooperação internacional e a academia, fortaleceu-se a harmonização legislativa, o intercâmbio de boas práticas e a construção de políticas de Estado em matéria de segurança alimentar.

Um pilar estratégico é a colaboração com redes acadêmicas como o Observatório do Direito à Alimentação da América Latina e do Caribe (ODA-ALC) e o Observatório do Direito à Alimentação da Espanha (ODA-E), que agregam solidez técnica e legitimidade científica ao trabalho parlamentar, assegurando que as políticas respondam às necessidades e realidades territoriais.

Da mesma forma, o **Pacto Parlamentar "Alimentação Primeiro"**, um compromisso político de alto nível das mesas diretoras dos parlamentos nacionais e regionais para assegurar uma agenda de trabalho legislativa anual nesses temas, dá continuidade ao Pacto Parlamentar Global contra a Fome e a Desnutrição aprovado na II Cúpula Mundial

Parlamentar, realizada em Santiago do Chile em 2023.

Entre outras conquistas relevantes destacam-se a Aliança Parlamentar para a Ação Climática proposta pelo PARLATINO e as declarações institucionais emitidas pela Aliança nos últimos anos.

Em conjunto, essa estratégia vincula liderança parlamentar, evidência científica e declarações institucionais, assegurando que os acordos nacionais, regionais e globais se traduzam em políticas de Estado com orçamento, acompanhamento e prestação de contas.

## III. MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A **Aliança** demonstrou que os espaços interparlamentares são plataformas efetivas de articulação política e construção de agendas comuns, superando o caráter meramente declarativo.

Marcos como a reunião preparatória para a III Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Desnutrição, a consolidação do Pacto Parlamentar Global e o I Fórum Parlamentar Ibero-Americano e Caribenho (México, 2025) permitiram mobilizar redes, alinhar prioridades e projetar uma voz unificada.

Essa capacidade de incidência reflete-se diretamente na diplomacia birregional.





Destacam-se conquistas como o documento de orientações legislativas aprovado em 2025 pela EuroLat, os esforços do PARLATINO para construir o Fórum Parlamentar da África, América Latina e Caribe (AfroLac), e a integração estratégica de Portugal como uma ponte natural para as nações africanas de língua portuguesa.

Para consolidar essa robusta arquitetura institucional, o respaldo da cooperação internacional tem sido determinante.

A convergência da Cooperação Espanhola (AECID) e a mexicana (AMEXCID) não só fortaleceu a dimensão financeira, como também agregou uma vasta experiência legislativa e uma visão compartilhada que reconhece o parlamentarismo como um ator central da governança alimentar global.

De maneira complementar, o impulso histórico da Cooperação Internacional Brasil-FAO, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), lançou as bases da articulação ao apoiar a formação da FPH-ALC e sua projeção multilateral inicial. A esse ecossistema de alianças somaram-se, nos últimos anos, a União Europeia, por meio do projeto EU4SUN, implementado pela FIAP, a Fundação Carolina e a SEGLB, injetando maior legitimidade política, novos recursos e continuidade

estratégica no âmbito das redes ibero-americanas.

#### IV. PARTICIPAÇÃO PARLAMENTAR SUSTENTADA

A **Aliança** contribui para a III Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Desnutrição com uma visão estratégica de longo prazo ao propor que este espaço não se limite à adoção de declarações, mas que contribua para definir desde já a arquitetura política da IV Cúpula.

Para isso, propõe um Roteiro com recomendações concretas, compromissos mensuráveis e mecanismos de acompanhamento parlamentar.

Essa proposta sustenta-se em uma experiência acumulada de mais de quinze anos de trabalho articulado entre frentes parlamentares, cooperação internacional e a FAO, que demonstrou que a continuidade institucional e a cooperação interparlamentar são fundamentais para consolidar políticas de Estado em matéria de segurança alimentar e nutricional.

Cabe destacar que as Cúpulas Parlamentares Mundiais contra a Fome e a Desnutrição não surgiram de maneira espontânea, mas como





resultado de um processo impulsionado pela Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e do Caribe. Em particular, durante o VII Fórum da FPH-ALC realizado no México em 2016, o Senado da Espanha propôs elevar essa dinâmica regional a uma plataforma parlamentar global.

A proposta concretizou-se no ano de 2018 com a realização da I Cúpula Mundial nas Cortes Espanholas.

Esse marco demonstra que a região não tem sido apenas beneficiária de cooperação, mas também geradora de inovação institucional.

Através deste Roteiro, a **Aliança** apresenta uma proposta estruturada, orientada para resultados e pensada estrategicamente para 2029 e o encerramento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

## V. CONEXÃO INTERNACIONAL MAIS AMPLA

A experiência acumulada pela **Aliança** e, em particular, pela Frente Parlamentar contra a Fome (FPH-ALC), demonstra que os parlamentos devem ocupar um lugar estável na arquitetura global da luta contra a fome.

Durante mais de uma década, consolidaram um espaço de diplomacia multinível capaz de conectar os compromissos internacionais com a legislação nacional e os orçamentos

públicos, institucionalizando o direito à alimentação como política de Estado.

Este modelo de governança deixou uma marca tangível em diversos espaços multilaterais.

Nas últimas edições da Conferência Regional da FAO (LARC), a participação da Aliança marcou um ponto de inflexão ao evidenciar que as decisões executivas só alcançam sustentabilidade se contarem com respaldo normativo.

Da mesma forma, perante a Aliança Global do G20 e em fóruns históricos como a COP26 de Glasgow, defenderam uma premissa iniludível: a transformação dos sistemas agroalimentares exige marcos legislativos e de controle que garantam a coerência entre sustentabilidade, nutrição e equidade, evitando que os compromissos globais fiquem em meras declarações de intenção.

Essa capacidade de articular consensos reflete-se também em seu trabalho dentro do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) e no impulso ao Plano SAN-CELAC.

Em ambas as frentes, a **Aliança** tem atuado como uma ponte eficaz para traduzir diretrizes multilaterais e acordos regionais em verdadeiros roteiros legislativos, fortalecendo além disso um exercício efetivo de cooperação Sul-Sul.





Finalmente, a III Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Desnutrição representa a oportunidade estratégica para escalar essa experiência para uma arquitetura global mais coerente. É o cenário ideal para garantir que os parlamentos deixem de ser atores convidados e assumam o seu papel como corresponsáveis estruturais na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis, resilientes e justos.

## VI. COMUNICAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA

A **Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar** e seus membros, com o apoio da FAO e outros aliados, consolidaram um ecossistema regional de incidência política que transcende a articulação institucional, por meio de uma narrativa comum que posiciona a segurança alimentar como prioridade pública sob o eixo compartilhado **#AlimentaçãoPrimeiro**.

Através da coordenação entre parlamentos nacionais, frentes regionais e atores

territoriais, articularam-se mensagens coerentes e estratégicas, respaldadas por equipes técnicas e campanhas coordenadas.

Do mesmo modo, a **Aliança** e seus membros impulsionaram alianças com meios de comunicação e atores sociais para amplificar as vozes e fortalecer a legitimidade pública.

A articulação com meios de alcance internacional como a Rádio Nacional da Espanha e o El País, juntamente com meios parlamentares, nacionais e locais, tem favorecido a capilaridade territorial e uma maior integração progressiva da sociedade civil na difusão de resultados e compromissos legislativos.

A consolidação de plataformas digitais especializadas da FPH-ALC e da própria **Aliança** reforçou a sua visibilidade e incidência.

Esses espaços funcionam como repositórios de leis, evidências e experiências territoriais, contribuindo para fortalecer a confiança cidadã na ação parlamentar e facilitar a replicabilidade de boas práticas em segurança alimentar e nutricional.



**ESCANEIE O CÓDIGO QR  
E ACESSE  
MAIS INFORMAÇÕES**

